

Reportagem Especial

EMANCIPAÇÃO

Bairros querem virar municípios

A Grande Jucu, em Vila Velha, e Nova Rosa da Penha, em Cariacica, garantem que vão lutar pela emancipação caso Senado aprove proposta

Pegando carona no projeto de lei aprovado na última terça-feira pela Câmara Federal, pelo menos 26 bairros da Grande Vitória manifestaram o interesse de virar municípios.

A maior concentração está em Vila Velha: 25 bairros da região conhecida como a Grande Jucu vão lutar pela emancipação. Nesse caso, os locais virariam um município.

Outro bairro que gostaria de ser emancipado é Nova Rosa da Penha, em Cariacica. Mas a presidente da Associação de Moradores, Odirléa Ferreira, disse que, se o projeto for sancionado, ele poderá ser discutido. "É preciso ver se teríamos condições de arcar com as despesas."

O projeto de lei aprovado define regras para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, reabrindo a possibilidade de emancipação de bairros e distritos pelas assembleias legislativas.

Entre as regras para novos municípios na região Sudeste, é preciso ter no mínimo 12.145 habitantes, com base em dados do IBGE, e será levado em conta a taxa média de crescimento anual. As regras partiram do Senado, mas como foram modificadas na Câmara, devem voltar à análise dos senadores.

Sobre a criação de um novo município em Vila Velha, que teria o nome de Cidade da Barra do Jucu, o vereador Valter Rocon (PDT) já iniciou as conversas. "Essa é uma reivindicação de muitos anos dos líderes comunitários da região. Amanhã (hoje), irei à Assembleia para viabilizar a documentação e iniciar um abaixo-assinado."

Segundo ele, a Grande Jucu – que compreende bairros como Ponta da Fruta, Barra do Jucu e a Grande Terra Vermelha – tem 63,3% de extensão do município, além de 80 mil moradores. "Se a região fosse emancipada, já seria uma das 10 maiores cidades do Estado".

Um dos líderes comunitários de Terra Vermelha, Marcos Antônio do Espírito Santo, 60, o comerciante Solimar Biazutti, 35, e o autônomo Carlos Gomes da Paixão, 31, também se mostraram a favor.

Apesar de um processo ter sido protocolado na Assembleia no passado, pedindo emancipação de Campo Grande, em Cariacica, o presidente da Associação de Moradores, João Fausto Altoé, disse que agora não existe a intenção.

Em Pedra Azul, embora tenha menos de 12.145 habitantes, moradores e empresários defendem a emancipação. O presidente da Associação Turística, Jorge Uliana, concorda desde que seja nos moldes corretos, com sustentabilidade.



MARCOS ANTÔNIO, Solimar Biazutti e Carlos Gomes, que moram em Terra Vermelha, são a favor da emancipação

LEONE IGLESIAS/AT

O QUE DIZ O PROJETO

Créritos

- > **PARA SE INICIAR** o processo de criação de um município é necessário, primeiramente, encaminhar à Assembleia Legislativa requerimento assinado por no mínimo 20% dos eleitores residentes na área a ser emancipada.
- > **AOS MUNICÍPIOS** a serem criados na região Sudeste é exigida a população mínima de 12.145 habitantes, segundo cálculo feito pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM).
- > **É NECESSÁRIO** ainda que seja realizado um estudo de viabilidade, a ser feito em 180 dias, para comprovação de capacidade econômica, político-administrativa, socioambiental e urbana. Também é exigida a comprovação de capacidade de aplicação mínima de recursos em educação (25%) e saúde (15%).
- > **APÓS A COMPROVAÇÃO** de todos os requisitos exigidos, o processo vai para votação da Assembleia Legislativa para verificação dos requisitos. Se validado, há necessidade da realização de um plebiscito no município a ser criado.

Fonte: Câmara Federal.

ONDE PODE VIRAR MUNICÍPIO

Pela quantidade de habitantes

O projeto prevê que bairros e distritos com mais de 12.145 moradores tenham direito de requerer a emancipação. Só que para isso, outros critérios precisam ser preenchidos.

VITÓRIA

- > JARDIM CAMBURI: 39.157 habitantes
- > JARDIM DA PENHA: 30.571
- > PRAIA DO CANTO: 15.147
- > MARIA ORTIZ: 13.197

VILA VELHA

- > PRAIA DA COSTA: 31.083
- > ITAPOÁ: 22.808
- > COQUEIRAL DE ITAPARICA: 13.696
- > BARRAMARES: 12.405

SERRA

- > FEU ROSA: 19.532
- > VILA NOVA DE COLARES: 17.015
- > PLANALTO SERRANO:

15.495

- > NOVO HORIZONTE: 14.146
- > JARDIM CARAPINA: 14.052
- > BAIRRO DAS LARANJEIRAS: 13.502
- > BARCELONA: 12.707

CARIACICA

- > NOVA ROSA DA PENHA: 13.849
- > CAMPO GRANDE: 12.897

VIANA

- > MARCÍLIO DE NORONHA: 13.408

LINHARES

- > INTERLAGOS: 26.557

Quem manifestou interesse

Um dia após a aprovação da lei na Câmara Federal, algumas lideranças e vereadores sinalizaram que irão pedir a emancipação ou discutir o assunto para saber se isso é viável junto à comunidade.



DIVULGAÇÃO

PEDRA AZUL: moradores defendem a emancipação, mas a população não é suficiente



ARQUIVO/AT

TERRA Vermelha, Vila Velha

São eles:

VILA VELHA (REGIÃO DA GRANDE JUCU)

Pela proposta do vereador de Vila Velha Valter Rocon, 25 bairros virariam um município, batizado de Cidade da Barra do Jucu.

São eles:

- > BARRA do Jucu
- > BALNEÁRIO Ponta da Fruta
- > BARRAMARES
- > CIDADE da Barra
- > INTERLAGOS
- > JABAETÉ
- > JOÃO Goulart
- > MORADA da Barra
- > MORADA do Sol
- > MORRO da Lagoa
- > NORMÍLIA da Cunha
- > NOVA PONTA da Fruta
- > PONTA da Fruta
- > PRAIA dos Recifes
- > RIVIERA da Barra
- > SANTA Paula I
- > SANTA Paula II
- > SÃO Conrado
- > TERRA Vermelha

- > ULISSES Guimarães
- > 23 DE MAIO
- > RETIRO do Congo
- > CÓRREGO do Sete
- > XURI
- > CAMBOAPINA

CARIACICA

> NOVA ROSA DA PENHA

Sinalizou interesse em pedir a emancipação, mas antes irá analisar a constitucionalidade, assim como se tem condições de arcar com as despesas inerentes a esse processo.

Pedidos protocolados (NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NO PASSADO)

Doze pedidos foram feitos à Casa, mas estavam arquivados desde 1999, após a aprovação da Lei Complementar Estadual 146, que dificultou a criação de novas cidades.

Com a proposta aprovada na última terça-feira pela Câmara Federal, esses processos foram desativados para consulta. Porém, nem todos os distritos poderiam requerer se for considerado o número mínimo de habitantes. São eles:

DOMINGOS MARTINS

- > PEDRA AZUL do Aracê: 8.231

SÃO MATEUS

- > NESTOR GOMES: 10.823

- > GURIRI: 12.000

MUNIZ FREIRE

- > PIAÇU: 3.930

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

- > ITAOCA: 5.441

CARIACICA

- > CAMPO GRANDE: 12.897

IÚNA

- > PEQUIÁ: 3.614

ARACRUZ

- > SANTA CRUZ: 15.314

LINHARES

- > BEBEDOURO E DESENGANO: juntos têm 9.559

BARRA DE SÃO FRANCISCO

- > PAULISTA: 5.620

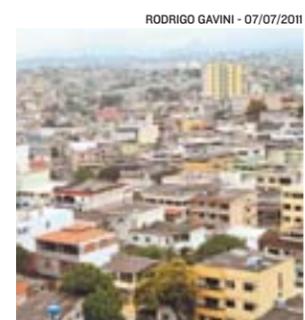
CONCEIÇÃO DA BARRA

- > BRAÇO DO RIO: 11.913

BAIXO GUANDU

- > IBITUBA: 1.889

Fonte: IBGE, Assembleia Legislativa, associações de moradores e pesquisa A Tribuna.



RODRIGO GAVINI - 07/07/2011

CAMPO Grande, Cariacica

Reportagem Especial

EMANCIPAÇÃO

Gasto é de R\$ 20 milhões por cidade

Levantamento feito pelo deputado federal Chico Alencar (Psol-RJ), com dados dos municípios criados no País ao longo dos últimos 10 anos, mostra que para manter cada um deles, com média de oito mil habitantes cada, é preciso cerca de R\$ 20 milhões por ano.

Um dos principais críticos do projeto de lei que regulamenta a criação de novas cidades, Alencar destacou que são cerca de 410 municípios que estão na fila para serem criados no Brasil, o que significa gasto de R\$ 8 bilhões por ano. Atualmente são 5.570 cidades.

O parlamentar destacou que uma das principais fontes de receita, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), não seria alterado se criadas novas cidades.

“Dos 410 distritos em todo o País que estão pleiteando a emancipação, acredito que somente 10% terão cabimento e viabilidade de serem criados”, disse.

Alencar explicou que além da necessidade de prestar os serviços públicos necessários à população, as novas cidades vão significar gasto com a sede da prefeitura, secretarias e câmaras municipais.

“Sabemos que 88% dos municípios têm débito previdenciário e o projeto de lei complementar não diz com quem fica a dívida. Outros 60% não cumprem a Lei de Resíduos Sólidos. A Lei de Acesso à Informação, 50% dos municípios com menos de 50 mil habitantes

não conseguem atualizar os dados. O que falta sim é boa gestão.”

O projeto foi aprovado pelos deputados federais com o voto favorável de 319 deputados e 32 contra.

O presidente da Associação Comunitária de Jardim Camburi, em Vitória, Anael Parente, disse que a possibilidade de emancipar o bairro é interessante. Porém, afirmou que diante da realidade atual não vê essa necessidade.

“Hoje a gente tem estabelecido uma relação muito boa com a atual gestão. Nossas reivindicações estão sendo atendidas. Emancipar um bairro significa ter uma estrutura gigantesca, ter uma vida própria. Isso representa gastos.”

Assim como ele, o presidente da Associação de Moradores de Novo Horizonte, na Serra, Sebastião Pinheiro de Lacerda, disse que a emancipação tem de ser avaliada.

“É claro que traz benefícios, mas também despesas. Imagina construir uma prefeitura, uma câmara e pagar os salários de prefeito, vereadores e funcionários?”

“Imagina construir uma prefeitura, uma câmara e pagar os salários de prefeito, vereadores e funcionários?”

Sebastião Pinheiro, líder comunitário

OS IMPACTOS DA NOVA LEI

Linhares perderia R\$ 9 milhões

Linhares

> **SEGUNDO** informações da Prefeitura de Linhares, o impacto nos cofres dos municípios com uma emancipação do bairro Interlagos seria de R\$ 9 milhões por ano. É o único bairro da cidade com mais de 12.145 moradores.

> **ESTE É O VALOR** arrecadado com receitas do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis) e outras taxas.

Vitória

> **NA CAPITAL**, segundo o Sistema Tributário da Prefeitura, os valores arrecadados a título de IPTU nos bairros com o número mínimo de moradores para criação de municípios,

com base em 2012, são:

- > **JARDIM CAMBURI:** R\$ 5,649 milhões.
- > **JARDIM DA PENHA:** R\$ 4 milhões.
- > **MARIA ORTIZ:** R\$ 241 mil.
- > **MATA DA PRAIA:** R\$ 4,133 milhões.
- > **PRAIA DO CANTO:** R\$ 4,411 milhões.
- > **QUANTO AOS** demais tributos, a assessoria de imprensa informou que não seria possível levantar os dados na tarde de ontem.

Cariacica, Vila Velha e Serra

> **AS ASSESSORIAS** de comunicação de Cariacica, Vila Velha e Serra foram procuradas na tarde de ontem, mas não informaram os valores arrecadados nos bairros solicitados.

Fonte: prefeituras consultadas.

WILTON JÚNIOR - 13/05/2013



LINHARES pode perder Interlagos, que possui mais de 12.145 moradores



CHICO ALENCAR acredita que apenas 10% dos distritos que pedem emancipação teriam condições de virar cidades

Mais 200 novos vereadores

Em caso de todos os bairros e distritos que possuem mais de 12.145 habitantes — população mínima para que sejam criadas novas cidades nos estados da região Sudeste — entrarem com pedido de emancipação, mais de 200 cadeiras de vereadores poderão ser criadas no Espírito Santo.

De acordo com informações do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES), a quantidade de cadeiras nas câmaras são definidas de acordo com a quantidade de habitantes em cada um dos municípios.

Desta forma, somente com relação aos bairros capixabas com população necessária para emancipação seriam criadas 195 vagas no Legislativo municipal, sendo que três teriam 13 vereadores (por ter população entre 30 mil e 50 mil), seis teriam 11 parlamentares (contam com população entre 15 mil e 30 mil) e 10 com nove membros (menos de 15 mil).

Já nos 12 distritos, pelo menos dois teriam condições de se emancipar, o que geraria mais 20 vagas de vereadores.

FIQUE LIGADO

Pontos positivos

> **COM A ARRECADAÇÃO PRÓPRIA**, os investimentos seriam convertidos em melhorias para a nova cidade, como infraestrutura e novas obras, e não mais divididos com outros bairros do município.

Pontos negativos

> **OS NOVOS** municípios encontrarão dificuldade na arrecadação e vão sobreviver de repasses federais e estaduais. Além disso haverá acréscimo da máquina pública.

Assembleia diz que vai esperar votação no Senado

O presidente da Assembleia Legislativa, Theodorico Ferraço (DEM), afirmou que só irá se manifestar sobre o projeto de lei que reabre a possibilidade de criação de municípios pela Casa após a aprovação no Senado e sanção.

“Há 12 pedidos protocolados há anos, que foram arquivados. Com a discussão, eles foram desarquivados apenas para estudo. Se tiver algum distrito que tenha reivindicado e que se enquadre nas novas regras, eles poderão voltar a tramitar se o desarquivamento for solidificado por algum deputado.”

O presidente da Casa explicou, ainda, que é preciso cautela no debate sobre o assunto, já que a criação de municípios acarreta despesas. “São novas sedes administrativas, Câmara de Vereadores, juizes, promotores e uma série de fatores que precisam ser pensados”.

O senador Magno Malta (PR) afirmou, por meio da assessoria de imprensa, que irá analisar juntamente com a equipe técnica a proposta para ver se é benéfica para o Espírito Santo.

Os senadores Ana Rita (PT) e Ricardo Ferraço (PMDB) foram procurados na tarde de ontem, mas não se manifestaram.



JUSSARA MARTINS - 14/02/2013

RANNA: “Não se justifica criar municípios para satisfazer acordo ou resolver briga de grupos políticos. Não faz bem à população”

Ranna quer menos cidades

O presidente do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES), Carlos Ranna, criticou a possibilidade de criação de novos municípios. Ele defendeu a discussão sobre a fusão e a consequente diminuição na quantidade de cidades.

O conselheiro destacou que atualmente existem diversas cidades que sequer são autossustentáveis e dependem exclusivamente de repasses de recursos federais e estaduais.

“Não se justifica criar municípios para satisfazer acordo ou resolver briga de grupos políticos. Não faz bem à população. A medida não respeita aos princípios da economicidade e da transparência”, justificou Ranna.

O conselheiro destacou que a emancipação de distritos no Espírito Santo não é viável nem para os

novos nem para os originários, uma vez que há previsão de queda de receita para este ano.

Segundo ele, dados dos primeiros quatro meses deste ano apontam que existem municípios que já tiveram queda na arrecadação que chega a 20%.

“Criar novos municípios é dividir ainda mais o bolo que já não é tão grande. São mais de 5.550 municípios no Brasil e a maioria não consegue sequer pagar as contas. Não se tem engenheiro para acompanhar as obras, não tem contador, procurador. Falta bom senso”, acrescentou.

Ranna afirmou ser favorável à reflexão sobre a necessidade da existência do número atual de cidades no País. “O que tem de se discutir é como melhorar a educação, a saúde, a infraestrutura”.

Reportagem Especial

EMANCIPAÇÃO

Prefeitos vão lutar para barrar proposta

Caso o Senado dê o sinal verde e bairros virem municípios, a população poderá ter de pagar mais impostos para cobrir despesas

Caso o projeto seja aprovado no Senado e bairros virem municípios, a população poderá pagar mais impostos, pois a medida vai desequilibrar as finanças de Cariacica, segundo o secretário de Governo, Rafael Simões.

O secretário disse que o prefeito Geraldo Luzia Júnior, o Juninho, tem posicionamento contrário. “Está indo na contramão da necessidade. Há uma demanda hoje no País pela racionalização do gasto público, mas pretende-se criar cidades para virarem estruturas burocráticas que vão consumir boa parte dos recursos gerados pelo município”.

E acrescentou: “Muitos não terão viabilidade e precisarão viver de Fundo de Participação dos Municípios (FPM) meramente para sobreviver, manter a estrutura burocrática e administrativa”.

O prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Carlos Casteglione (PT), também é contrário. Ele alega que Itaoca – que inclusive já tentou a emancipação no final da década de 1990 – não teria condições de se manter financeiramente.

À época deputado estadual, Casteglione se posicionou contrário à separação do distrito.

O último município criado no Estado foi o de Governador Lindenberg, em 1997, por meio de um plebiscito do qual somente participou a população do distrito e daqueles que viriam a compor o município.

O prefeito de Domingos Martins, Luiz Carlos Prezoti Rocha



ADRIANO HORTA - 01/12/2012

CASTEGLIONE se posicionou contra a proposta de emancipação de Itaoca

(PSB), o Carlinhos Borboleta, não quis comentar o movimento de Pedra Azul e o projeto aprovado pela Câmara.

O prefeito de Vila Velha, Rodney Miranda (DEM); o da Serra, Audifax Barcelos (PSB); e o de Vitória, Luciano Rezende, além do governador Renato Casagrande (PSB), vão aguardar o fim da tramitação no Congresso para comentarem.

“Vamos dividir o mesmo bolo e gastar mais. Se aumentam as despesas, vai ter de aumentar os impostos”

Rafael Simões, secretário de Governo de Cariacica

Para Amunes, tema é complexo

O presidente da Associação de Municípios do Espírito Santo (Amunes), Dalton Perim (PMDB), afirmou que o tema sobre a criação de novos municípios é complexo devido à diferença da realidade das regiões do País.

Ele, que acompanhou a votação na Câmara, destacou que cada ca-

so é diferente. “Para se emancipar é necessário que o município tenha o mínimo de receita para que possa cumprir com as obrigações regulares sem depender de recursos federais e estaduais”, disse.

Perim, que é prefeito de Venda Nova do Imigrante, acrescentou que no Espírito Santo há casos que

se justificariam a emancipação.

“Na minha região, por exemplo, Pedra Azul, pela diversidade cultural e econômica e por ficar longe da sede (Domingos Martins) poderia. Mas tem de cumprir os requisitos”, defendeu. Ele finalizou dizendo que no Estado poucos cumprem os requisitos exigidos.

Campos critica a criação de novos municípios

RECIFE

Pré-candidato à Presidência em 2014 pelo PSB, o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, criticou na terça-feira, em Recife, a criação de novos municípios no País. O projeto de lei complementar que reabre esta possibilidade por meio de assembleias legislativas dos estados foi aprovada pela Câmara na terça-feira.

Para Campos, o debate sobre o tema é arriscado em época de eleição. “Um debate como esse não pode ter aproximação com o período eleitoral. Se houver coincidência, pode valer o olhar eleitoral e não o de responsabilidade com as populações desses lugares. Ouço dizer que muitos lugares, sem a menor condição, vão virar municípios. Fico completamente apavorado quando ouço falar nisso. Muitos não têm a menor condição”, disse Campos.

Segundo o governador, “todo cuidado é pouco” para evitar a proliferação de novas cidades porque a iniciativa que pode significar “só aumento de gastos” e “até mesmo redução de políticas públicas na vida de pessoas que precisam”.

O governador defendeu ainda a necessidade de os municípios qualificarem os servidores para que eles “possam prestar os devidos serviços a população”.

Na segunda-feira, o governador esteve no município de Pesqueira, na região agreste de Pernambuco. No local, ele reclamou da “truculência” contra o PSB para a definição se lança candidatura própria ou não em 2014. O partido é da base aliada do PT da presidente Dilma Rousseff, que disputará a reeleição. “Por que essa ansiedade? Por que essa truculência muitas vezes? Isso é um direito democrático”, disse o socialista referindo-se às pressões recebidas de outros partidos, principalmente do PT, para que o PSB decida sobre uma possível candidatura à Presidência no ano que vem.

Na terça-feira, porém, Eduardo Campos mudou o tom: “Na entrevista perguntaram sobre (as eleições de) 2014. E eu indaguei o motivo dessa ansiedade, dessa truculência de querer resolver (o nome do PSB). Por que o PSB não pode discutir (a sucessão)? Quando falei em truculência foi me referindo a essa ansiedade.”

FOLHAPRESS



CAMPOS diz que “todo cuidado é pouco” para evitar proliferação de cidades

ANÁLISE

“Criar novos municípios não é a melhor solução”

Mauro Paiva, cientista político e professor da Faesa



“Ter 5.570 municípios é muito ou pouco? Essa é uma discussão antiga e a história mostra que criar novos municípios não é a melhor solução, salvo evidentemente algumas poucas exceções.

Se analisarmos o desempenho das cidades que tiveram municípios emancipados nos últimos dez anos podemos observar que quase a sua totalidade depende de recursos federais e estaduais para gestão e funcionamento.

A emancipação não pode ser meramente política. Uma nova cidade não pode e não deve ser “curral eleitoral” de nenhum grupo cujos interesses não sejam da maioria da população.

Talvez as audiências públicas e o

plebiscito sejam as ferramentas mais apropriadas para saber a opinião da população sobre o desejo de emancipação.

Além da proximidade com o governo e uma administração centralizada, consigo ver poucos benefícios da maioria das emancipações. Um dos critérios obrigatórios para criação de novas cidades deveria ser a auto-suficiência financeira para sua gestão. Desde que, evidentemente, não leve a ruína a cidade que pertencia antes.

Deve-se pensar nas duas partes envolvidas no antes e depois de uma emancipação. Afinal, é uma medida que mexe com a vida de milhares de pessoas. É preciso ter espírito público e bom senso”.

FALA, LEITOR!

FOTOS: ADRIANO HORTA/AT



“Em Cariacica é interessante. O município é muito grande e a prefeitura não dá conta de cuidar de tudo. Vitória é pequena”

CLAUDIA NILMA, 32, estudante



“Acho esse projeto estranho. Os bairros são muito próximos, não acho que tenha necessidade. É muito gasto por muito pouco”

TEREZA BORGES, 40, estudante



“Se forem dividir, vão fazer isso só em bairros nobres e vai gerar desigualdade de renda, com muito dinheiro em um lugar só”

BRUNELLA SOUZA ROSA, 30, estudante

PARTICIPARAM DESTA REPORTAGEM:

Andréa Nunes, Eliane Proscholdt, Francine Spinassé e Pedro Callegario